

Às 10:30h do dia 05 de junho de 2013, quarta-feira, é instalada a reunião ordinária conjunta do CONSAD e do CONFIS. Presentes: o Diretor-Presidente, Marcus Curvelo; o Diretor de Administração e Finanças, Daniel Luiz Simões Campos; o Procurador, José Viveiros de Faria; o controlador, Aluizio Martins Manzini; a Chefe de Gabinete, Vanessa Maria Bull; a Assessora do Diretor-Presidente, Monica de Barros Soares Neumann; a Tesoureira, Michele Schiffler Forster; as Gestoras Previdenciárias, Carla Cristina Maduro Vogas Tavares e Adriana Catarina da Costa, bem como os Conselheiros, Eduardo de Belford Rodrigues de Britto –suplente do Secretário de Fazenda; Adriano da Costa Fonseca – suplente do Secretário de Administração; Alberto Carlos Ferreira da Silva –suplente do Secretário de Planejamento; João Carlos Raeder – suplente da Secretária de Educação; Arlete Barbosa Valero – representante do SISEP; – Maria José Garrido da Silva Costa – representante da UNAPO; André Bebiano de Macedo – representante da CMP; Francisco Afonso Eccard – representante da APM; Rosângela Stumpf de Lima – Secretária de Controle Interno; Norton da Costa Pardal –representante da AFITO; Rosane Carvalho do Amaral – suplente do representante do SINDIFISC. O Diretor-Presidente, Marcus Curvelo, abre a reunião, agradecendo a presença de todos e solicita que a Chefe de Gabinete leia a Ata da reunião extraordinária, realizada em 21/05/2013. Ao final o Diretor-Presidente pergunta se tem alguma correção a ser feita; a Conselheira Arlete Barbosa diz que está perfeita. É aprovada a Ata. O Diretor-Presidente passa ao segundo item da pauta – Recurso. Passa a palavra ao Procurador, Dr. Viveiros, que cumprimenta Marcus Curvelo, como Presidente do CONSAD e os Senhores Conselheiros e Senhoras Conselheiras. Diz que mais uma vez é trazida para o Conselho a solicitação de recurso do servidor Carlos Alberto de Moraes, que tem cerca de 60 processos protocolados no Instituto. Desta vez é o protocolado sob o nº 489/2013, sobre o indeferimento do requerimento de isenção de imposto de renda. Na época ele estava na ativa, não fazendo jus ao pleiteado. Agora, como aposentado, ele poderá obter a isenção, desde que passe pela perícia

médica. A Conselheira Maria José pergunta se ele tem a isenção. Dr. Viveiros diz que ele ainda não a requereu. O Conselheiro André Bebiano diz que ele peça a devolução das contribuições. O Procurador diz que não cabe ao Inpas e sim ao Município. Relata que todos esses problemas foram acarretados pela demora na realização da Junta Médica. Dr. Viveiros diz que o Conselho de Administração não pode ser superior à justiça e que as atribuições do CONSAD deveriam ser revistas. O Diretor- Presidente, Marcus Curvelo, diz que não é o momento para discutir este assunto e que o Conselho julga atos Administrativos: vamos nos ater ao Recurso do servidor. Após debates é ratificado o indeferimento do requerimento e aprovado o arquivamento do recurso. Marcus Curvelo passa ao terceiro item da pauta – apresentação do Código de Ética. Como já tinha dito, lidamos com informações privilegiadas. Convoca a Gestora Previdenciária, Adriana Catarina da Costa, para a apresentação do Código aos Conselheiros. Adriana cumprimenta a todos e distribui a minuta do Código de Ética aos presentes. Faz a apresentação do Código com data show. Terminada a apresentação, a Conselheira, Maria José, pergunta se qualquer infração será apurada pela Comissão de Ética. Adriana diz que o servidor será convidado a participar e, se não quiser, pode-se transformar em uma sindicância, sempre a luz do Estatuto dos Servidores. Maria José diz que é facultativo ao servidor. Adriana explica que a Comissão fará relatório ao Diretor-Presidente, relatando os fatos narrados pelo denunciante. Marcus Curvelo diz que a intenção não é punitiva e sim preventiva, pois às vezes as informações são dadas por inocência e relata que servidores tinham conhecimento de Pareceres da Procuradoria do Instituto antes dele. É para estabelecer regras de defesa. Maria José diz que acha a idéia excelente. O Conselheiro Norton da Costa Pardal pergunta quem seria o Presidente da Comissão: Adriana diz que será um servidor. Norton pergunta quem escolhe. Adriana diz que será o Diretor-Presidente. Em cada demanda será o Presidente da comissão e mais três servidores, independente de quantas demandas existirem será paga somente uma gratificação. O Conselheiro, Norton pergunta: e se existirem fofocas, serão levadas para a Comissão. Adriana diz que isto pode acontecer . Serão chamadas a pessoa a Comissão para esclarecer.

O Conselheiro diz que é subjetivo. Adriana diz que sim. Vai contar o bom senso dos servidores. O Conselheiro, André Bebiano, pergunta sobre o sorteio. Tem que ver questões de amizade e inimizade. Adriana agradece a pergunta e diz que tem no Código o item de suspeição devidamente esclarecido. O Conselheiro, Francisco Eccard, diz que a Comissão tem que ser conciliadora para não acarretar problemas. Marcus Curvelo diz que não é novidade. Quando trabalhou em multinacional, no primeiro dia, recebeu o código de ética da empresa. Outros RPPS possuem código de ética. O servidor tem que ver como um instrumento para melhorar o dia a dia no trabalho. Passa ao quarto item da pauta – apresentação do Relatório em cumprimento a Portaria nº 345/2009 do MPS – convida a Tesoureira, Michele Forster, para a apresentação. Michele distribui o relatório para os Conselheiros. Diz que o relatório é elaborado pela empresa de consultoria contrata pelo Instituto. Diz que as oscilações de mercado foram desfavoráveis para o Instituto. Em abril, o Comitê de Investimento do Instituto trocou a forma de investimento dos recursos. Estamos com cautela nos investimentos e sempre traremos as informações para os Conselheiros. O Diretor-Presidente diz que os investimentos do Inpas são em Fundos e sempre a médio e longo prazo. Como a situação do Instituto não é estável financeiramente pois, o que o Ente e os servidores repassam não é suficiente para manutenção de um Fundo. Em julho o peso é maior, teremos que usar um dos Fundos para honrar o pagamento do 13º salário. Passa ao quinto item da pauta – o SIPREV – política do Ministério da Previdência Social de criar um cadastro único. Hoje temos 2.100 RPPS. O MPS tem que ter um controle de aposentados e pensionistas. Marcus Curvelo relata que, quando chegou ao Instituto, encontrou servidores que tinham conhecimento do sistema, mas o sistema não foi implantado. Poderíamos ter sido os primeiros no estado. Perdemos para Niterói. Com o banco de dados podemos ver fraudes. Em 02 dias, sabemos se o aposentado ou pensionista faleceu. Fornece informações seguras para o atuário e financia a realização do censo previdenciário. A minuta de Decreto já foi encaminhada ao Prefeito. Adesão até o final do mês. O Conselheiro, João Carlos, parabeniza a iniciativa. Diz que o cruzamento de dados é fundamental para saber quem é quem. Passamos para o último item da pauta – assuntos gerais – Marcus Curvelo diz que tomou a iniciativa

de criar um Grupo de Trabalho, para no prazo de 90 dias, compilar toda a legislação do Inpas, para se ter clareza de toda a legislação. Com isto se evitará injustiças, que é também um desejo do Prefeito. Registra-se que, na ata datada de 06/03/2013, Carla Maduro solicitou a retificação de sua fala, na apresentação do relatório em cumprimento a Portaria nº 345/2009, onde se lê “ a maioria dos recursos estão em renda fixa” leia-se: “ todos os recursos estão em renda fixa”. Agradece a presença de todos, nada mais havendo a tratar, é encerrada a reunião às 12:30h e lavrada a presente ata que segue assinada pelos presentes e, por mim, Sonia Maria de Castro Leão, quem a digitou.